



Entre fluxo e ruína: os quatro mundos da água e a petrificação dos chafarizes de abastecimento no Rio de Janeiro

Gabriel Marques Guedes e Juliana Silva Pavan

Gabriel MARQUES GUEDES 

Universidade Federal do Rio de Janeiro; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; gabriel.marquesguedes@gmail.com

Juliana Silva PAVAN 

Universidade Federal do Rio de Janeiro; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio; juliana.pavan@fau.ufrj.br

MARQUES GUEDES, Gabriel; PAVAN, Juliana Silva. Entre fluxo e ruína: os quatro mundos da água e a petrificação dos chafarizes de abastecimento no Rio de Janeiro. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, e 705, jun. 2026

data de submissão: 20/04/2026

data de aceite: 08/06/2026

DOI: 10.51924/revthesis.2026.v11.705

Contribuição de autoria: Concepção; Metodologia: MARQUES GUEDES, G.; PAVAN, J. S. Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Redação – rascunho original: MARQUES GUEDES, G. Supervisão; Redação - revisão e edição: PAVAN, J. S.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Não possui.

Uso de I.A.: Os autores certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

Editores responsáveis: Isis Pitanga e Rodrigo Scheeren.



Resumo

Este artigo analisa a condição atual dos chafarizes históricos de abastecimento do centro do Rio de Janeiro a partir da noção dos quatro mundos da água, compreendendo sua "petrificação" como resultado da ruptura entre infraestrutura, gestão, significado e experiência. Ao problematizar abordagens patrimoniais centradas na materialidade, propõe sua reconfiguração enquanto infraestruturas urbanas capazes de reintegrar a água ao cotidiano.

Palavras-chave: patrimônio hídrico; chafarizes de abastecimento; infraestrutura urbana; Rio de Janeiro.

Abstract

This article analyzes the current condition of the historic public water fountains in downtown Rio de Janeiro through the concept of the four worlds of water, understanding their "petrification" as the result of a rupture between infrastructure, management, meaning, and experience. By problematizing heritage approaches centered on materiality, it proposes their reconfiguration as urban infrastructures capable of reintegrating water into everyday life

Keywords: water heritage; public water fountains; urban infrastructure; Rio de Janeiro.

Resumen

Este artículo analiza la condición actual de las fuentes históricas de abastecimiento del centro de Río de Janeiro a partir de la noción de los cuatro mundos del agua, comprendiendo su "petrificación" como resultado de la ruptura entre infraestructura, gestión, significado y experiencia. Al problematizar enfoques patrimoniales centrados en la materialidad, propone su reconfiguración como infraestructuras urbanas capaces de reintegrar el agua a la vida cotidiana.

Palabras-clave: patrimonio hídrico; fuentes de abastecimiento; infraestructura urbana; Río de Janeiro.

Introdução

Os chafarizes históricos de abastecimento do centro do Rio de Janeiro, outrora fundamentais para o abastecimento cotidiano da cidade, hoje persistem como estruturas esvaziadas de sua função original, frequentemente reduzidas à condição de marcos urbanos ou monumentos isolados. Embora preservados em sua materialidade, esses dispositivos perderam sua dimensão infraestrutural e relacional, deixando de operar como pontos de acesso à água potável e, consequentemente, como mediadores entre corpo, cidade e ambiente. Tal deslocamento revela uma transformação mais profunda do que a simples obsolescência técnica: trata-se de uma alteração na própria forma como a água é concebida, gerida e experienciada no espaço urbano. Nesse contexto contemporâneo, marcado por dinâmicas neoliberais, a água tende a ser

progressivamente tratada como recurso econômico, submetido a lógicas de controle e acesso desigual.

No campo do patrimônio, a preservação desses elementos por órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (âmbito federal) e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (âmbito municipal) tem, em muitos casos, privilegiado sua integridade formal e histórica, frequentemente em detrimento de sua função original e de suas potencialidades contemporâneas de uso, como o caso do Chafariz do Mestre Valentim. Como aponta Luciano Teixeira¹ (2020) ao discutir a ampliação do conceito de patrimônio, cuja antiga ênfase na materialidade tendia a desconsiderar práticas, saberes e relações que conferiam sentido aos bens preservados .

¹ Mestre em História Social da Cultura (PUC/RJ); graduado em História (UERJ/RJ). É técnico do IPHAN, onde atua em pesquisas na área de história e historiografia do patrimônio cultural e produção de conhecimento.

Tradicionalmente, a política de proteção ao patrimônio nacional caracterizou-se pela associação do valor patrimonial às noções de “velho” e “belo”, consolidadas nos primeiros anos do tombamento federal e ainda perceptíveis em muitos processos de preservação contemporâneos. No Brasil, essa perspectiva vem sendo tensionada desde a década de 1980, quando a ampliação da noção de “bem cultural” passou a questionar a centralidade da excepcionalidade estética e monumental nas políticas patrimoniais, incorporando dimensões sociais, simbólicas e antropológicas à compreensão do patrimônio cultural (Teixeira, 2020).

Apesar desse deslocamento conceitual, a gestão e a salvaguarda dos chafarizes históricos de abastecimento do Rio de Janeiro permanecem frequentemente condicionadas apenas à lógica do patrimônio histórico e artístico, privilegiando sua integridade formal e monumental em detrimento das relações socioculturais, infraestruturais e hidrossociais que constituíam sua função urbana. A permanência dessa lógica evidencia os limites de abordagens patrimoniais centradas predominantemente na materialidade do monumento, frequentemente desvinculadas da complexidade relacional que constituía esses equipamentos no espaço urbano. Como consequência, fragilizam-se os vínculos entre indivíduo e bem cultural. No caso dos chafarizes, essa abordagem contribui para a preservação de sua materialidade, mas não das relações que lhes conferiam sentido urbano. Paralelamente, a gestão da água nas cidades contemporâneas tem se orientado por lógicas de centralização, ocultamento e tecnificação, afastando progressivamente esse recurso da experiência cotidiana. Redes subterrâneas, sistemas fechados e dispositivos de controle sanitário deslocam a água do espaço público visível para circuitos

invisíveis e altamente especializados, reduzindo sua presença sensível na vida urbana. Esse processo contribui para a construção de uma relação distanciada entre sociedade e água, na qual o acesso deixa de ser mediado por espaços coletivos e passa a ocorrer de forma individualizada, domesticada e invisível (Hein *et al.*, 2023).

É nesse contexto que se propõe compreender a condição atual dos chafarizes cariocas não apenas como resultado de processos técnicos ou administrativos, mas como expressão de uma ruptura mais ampla entre diferentes regimes de relação com a água. Para tal, este artigo mobiliza a noção dos “quatro mundos da água”, desenvolvido por Erica Porta² e Aaron Wolf³ (2023) para analisar os estados da água que tangenciam o patrimônio hídrico — físico, mental, espiritual e emocional — como ferramenta analítica capaz de evidenciar as múltiplas dimensões que historicamente estruturaram a presença da água na cidade. Esses mundos, longe de constituírem esferas isoladas, operam de forma interdependente, articulando infraestrutura, gestão, significado e experiência.

A hipótese que orienta este trabalho é que a chamada “petrificação” dos chafarizes — entendida como o processo pelo qual esses elementos se tornam formas fixas, desprovidas de fluxo e de uso — decorre da desconexão entre esses mundos, convertendo infraestruturas ativas em artefatos patrimoniais, estáticos e petrificados. Nesse sentido, a petrificação não é apenas um efeito material, mas um fenômeno relacional, que envolve a perda de conexões entre sistemas técnicos, práticas sociais, valores simbólicos e experiências sensoriais, afastando a população daquele bem que foi concebido intrinsecamente com uma função utilitária.

A partir dessa perspectiva, o artigo busca, em primeiro lugar, apresentar os quatro mundos da água como uma chave de leitura para compreender a complexidade das relações hídricas urbanas. Em seguida, analisa-se o processo de ruptura entre essas dimensões no contexto do Rio de Janeiro, com foco nos chafarizes históricos de abastecimento do centro da cidade. Por fim, discute-se como essa dissociação contribui para sua petrificação, apontando implicações para o campo do patrimônio e para a possibilidade de reintegração da água ao cotidiano urbano. A figura 01 apresenta a localização dos chafarizes históricos de abastecimento remanescentes na região central do Rio de Janeiro, evidenciando sua distribuição no tecido urbano contemporâneo.

² Analista de energia e clima na Concurrent Technologies Corporation, mestranda em Políticas e Gestão de Recursos Hídricos pela Oregon State University. Co-fundadora e co-presidente do Parlamento Jovem Norte-Americano para a Água, pesquisa valores culturais da água e inclusão comunitária na gestão hídrica.

³ PhD em Geografia, é professor na Oregon State University (EUA) e no IHE-Delft (Holanda). Consultor do Banco Mundial e governos internacionais em gestão hídrica e conflitos transfronteiriços, dirige o Programa de Transformação de Conflitos Hídricos, facilitando mediações em bacias globais.

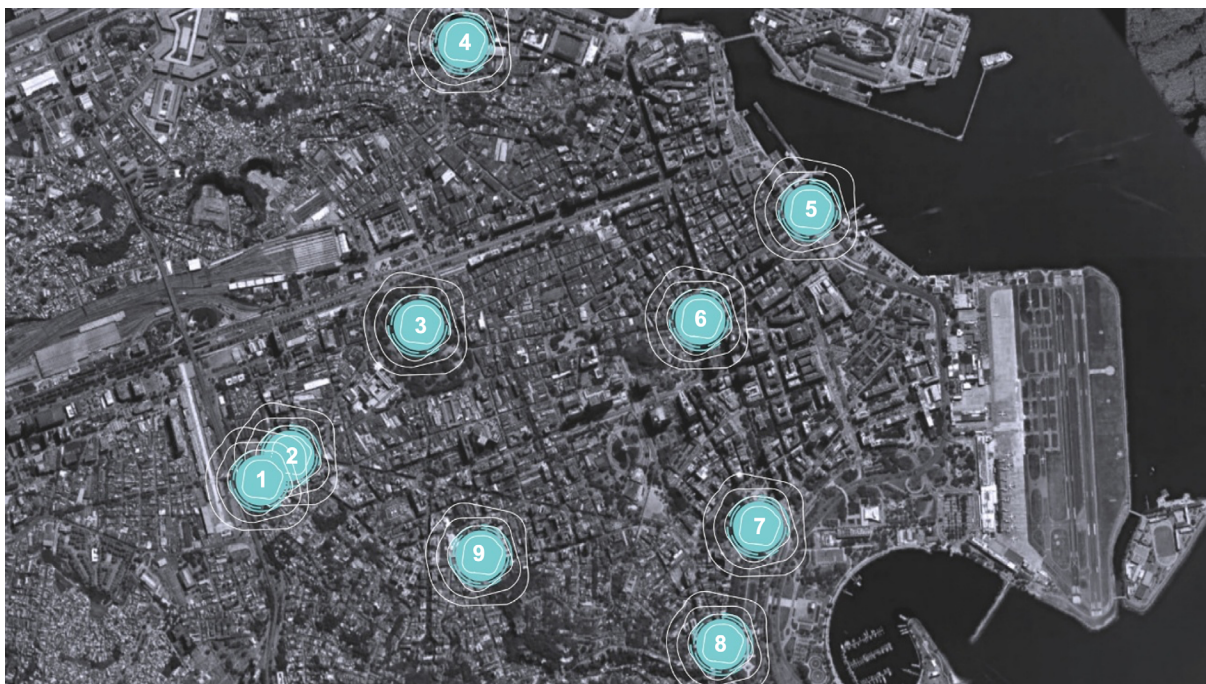


Figura 1

Chafarizes históricos de abastecimento remanescentes na região central do Rio de Janeiro. Fonte: Elaboração própria através da ferramenta *Google Earth*, acesso em 31 de mai. 2026.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-interpretativo, estruturada a partir da análise bibliográfica e documental sobre patrimônio hídrico, gestão da água e preservação dos chafarizes históricos de abastecimento do Rio de Janeiro. A interpretação do objeto é orientada pela noção dos “quatro mundos da água”, proposta por Porta e Wolf (2023), empregada como ferramenta analítica para compreender as múltiplas dimensões das relações entre sociedade e água. Além desse referencial, o estudo dialoga com contribuições dos campos do patrimônio cultural, da história urbana e dos estudos da água, articulando diferentes perspectivas sobre infraestrutura, memória, uso e significado.

A delimitação do universo empírico baseou-se em levantamento documental dos chafarizes históricos de abastecimento protegidos por instrumentos de preservação patrimonial na região central do Rio de Janeiro, permitindo identificar os exemplares remanescentes e contextualizar sua permanência na cidade contemporânea. A pesquisa incorpora, ainda, a observação direta do espaço urbano, realizada durante o Carnaval de 2026, no entorno de cinco chafarizes históricos do centro da cidade — Chafariz da Glória, Fonte dos Amores, Chafariz da Imperatriz, Chafariz do Mestre Valentim e Fonte do Amor e da Lira. A observação direta permitiu examinar as relações entre

essas infraestruturas, as políticas contemporâneas de acesso à água e as experiências corporais produzidas no espaço público, em diálogo com a noção dos quatro mundos da água.

Patrimônio Hídrico Como Campo

A compreensão dos chafarizes históricos como parte de um campo mais amplo de reflexão sobre a água exige situá-los para além de sua condição isolada de objeto arquitetônico, inserindo-os no debate contemporâneo sobre o chamado patrimônio hídrico. Nas últimas décadas, observa-se um deslocamento significativo nas formas de abordagem da água, que passa a ser reconhecida não apenas como recurso natural ou infraestrutura técnica, mas como elemento cultural, social e simbólico, cuja gestão e preservação envolvem múltiplas dimensões interdependentes. Esse movimento se articula a agendas internacionais que buscam reposicionar a água no centro das discussões urbanas e ambientais, destacando sua relevância diante de cenários de escassez, desigualdade de acesso e mudanças climáticas.

Iniciativas como a Década Internacional para Ação “Água para o Desenvolvimento Sustentável” (2018–2028), promovida pela Organização das Nações Unidas, evidenciam a tentativa de integrar políticas de gestão hídrica a estratégias mais amplas de desenvolvimento urbano e social. Nesse contexto, a água deixa de ser tratada exclusivamente sob uma lógica técnico-operacional e passa a ser compreendida como um componente fundamental da vida coletiva, atravessando questões de saúde, cultura, território e justiça social. Paralelamente, organismos como a UNESCO têm contribuído para a consolidação do conceito de patrimônio hídrico ao reconhecer sistemas históricos de manejo da água — como aquedutos, canais, fontes e chafarizes — como expressões culturais que articulam saberes, técnicas e modos de vida.

No entanto, apesar desse avanço conceitual, a incorporação efetiva dessas diretrizes no campo do patrimônio ainda se dá de forma desigual. Em muitos casos, a valorização de infraestruturas históricas relacionadas à água permanece restrita à sua dimensão material, privilegiando aspectos formais, estilísticos ou cronológicos em detrimento de suas funções originais e de suas possíveis reativações (Davidson; Hellegers, 2022). No campo específico do patrimônio hídrico, essa limitação se torna particularmente problemática, uma vez que tais infraestruturas dependem da circulação da água e do uso para manter seu

sentido. Como argumenta Carola Hein⁴ (2020), o patrimônio da água deve ser compreendido a partir de estratégias adaptativas que articulem passado, presente e futuro, reconhecendo seu caráter dinâmico e sua inserção contínua nas transformações urbanas. Nessa perspectiva, a gestão desses sistemas deve ser entendida como uma “gestão da mudança”, capaz de evitar sua redução à condição de objetos estáticos ou meramente contemplativos. Em consonância com esse entendimento, a Declaração de Amsterdã (2013) ressalta que o patrimônio hídrico é dinâmico por natureza, e que a adoção de sistemas modernos de abastecimento não deve implicar na obsolescência ou musealização dos sistemas preexistentes.

No caso específico dos chafarizes urbanos, essa lógica se manifesta de forma particularmente evidente. Estruturas concebidas como dispositivos públicos de abastecimento, fundamentais para a organização da vida urbana em períodos anteriores à consolidação das redes domiciliares, são progressivamente ressignificadas como marcos históricos ou elementos decorativos. Esse processo implica não apenas a interrupção de seu funcionamento, mas também a desarticulação e o apagamento das relações sociais — negras, pobres e escravizadas — que se estabeleciam em torno deles, como encontros, trocas e práticas cotidianas vinculadas ao acesso à água (Almeida; Muaze, 2024). Assim, o que se preserva é, em grande medida, a forma arquitetônica, enquanto se perde a dimensão relacional que lhe conferia sentido.

Nesse contexto, torna-se fundamental distinguir os chafarizes de abastecimento dos chafarizes ornamentais no desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Os primeiros consolidam-se a partir da implantação do sistema de captação e condução de águas do Aqueduto da Carioca e da construção do Chafariz da Carioca, em 1723, responsáveis por garantir o abastecimento de água potável ao núcleo urbano colonial (Santos, 1940). Ainda que a dimensão estética desses dispositivos estivesse presente, sua função utilitária era prioritária, integrando um conjunto mais amplo de melhorias urbanas associadas às práticas iluministas de saneamento e ordenamento da cidade (Carvalho, 1988). Com um caráter utilitário, seu entorno era composto por figuras associadas ao campo laboral, como lavadeiras e aguadeiros.

Essa lógica começa a se alterar ao longo do século XIX, especialmente durante o Segundo Império, quando intervenções urbanas passam a incorporar referências paisagísticas europeias. Nesse contexto,

⁴ Professora de História da Arquitetura e Urbanismo na TU Delft (Países Baixos), titular da Cátedra UNESCO Água, Portos e Cidades Históricas e diretora do Leiden-Delft-Erasmus Port City Futures.

a atuação de Auguste Glaziou, engenheiro e paisagista, introduz na cidade chafarizes de caráter predominantemente ornamental, muitos deles associados a modelos difundidos por fundições europeias como a francesa Val d'Osne (Dehault *et al.*, 2000). Diferentemente dos chafarizes de abastecimento, essas estruturas passam a priorizar a dimensão estética e simbólica, frequentemente dissociadas de uma função efetiva de fornecimento de água, evidenciando uma inflexão na relação entre infraestrutura, forma e uso no espaço urbano. O atrativo a estes objetos deixa de ser a sua utilidade e passa a ser sua contemplação, alterando também o perfil socioespacial dos grupos que frequentavam seus entornos.

Este artigo chama a atenção para a permanência da distinção de uso entre esses dois tipos de chafarizes, que persiste até a contemporaneidade. Enquanto o pleno funcionamento dos chafarizes ornamentais é mantido no âmbito de órgãos de gestão pública, como a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos do Rio de Janeiro (SECONSERVA), os chafarizes de abastecimento permanecem no campo dos marcos históricos, sem que haja, de forma consistente, o interesse em sua reativação como dispositivos de distribuição de água potável e gratuita à população. Tal condição evidencia uma contradição central: preserva-se a estrutura que mediava o acesso à água, mas elimina-se justamente aquilo que lhe conferia sentido — a presença da água, seu uso, sua relação com o corpo e com a cidade. Dessa forma, a discussão sobre patrimônio hídrico não apenas contextualiza o problema, mas também explicita os limites das abordagens tradicionais de preservação, indicando a necessidade de novas chaves interpretativas capazes de reintegrar essas dimensões.

Ao mesmo tempo, a emergência do conceito de patrimônio hídrico abre a possibilidade de tensionar essa abordagem, propondo uma leitura que reconhece a inseparabilidade entre materialidade, função e significado. Nesse sentido, iniciativas vinculadas à Cátedra UNESCO Água, Portos e Cidades Históricas⁵ defendem que a preservação de infraestruturas relacionadas à água deve considerar não apenas sua integridade física, mas também sua capacidade de continuar operando, ainda que de maneira adaptada, como parte dos sistemas urbanos contemporâneos (Hein, 2020). Essa perspectiva implica compreender a água não como um elemento externo ao patrimônio, mas como componente ativo de sua existência, cuja ausência compromete a própria compreensão do bem, especialmente quando este reside em seu caráter utilitário.

⁵ Uma parceria entre o Centro Leiden-Delft-Erasmus Port City Futures e a UNESCO para promover pesquisa, ensino e cooperação internacional em áreas prioritárias, como educação ou sustentabilidade.

A partir dessa leitura, torna-se possível compreender os chafarizes não apenas como vestígios de um sistema ultrapassado, mas como elementos que evidenciam as transformações nas formas de relação entre sociedade e água ao longo do tempo. Nesse sentido, o conceito de patrimônio hídrico funciona como um campo de articulação que permite deslocar o olhar da preservação da forma para a compreensão dos processos, abrindo espaço para uma abordagem que considere simultaneamente dimensões técnicas, institucionais, simbólicas e sensoriais. É precisamente nesse ponto que se insere a proposta dos quatro mundos da água, apresentada a seguir como ferramenta analítica para aprofundar essa discussão.

Os quatro mundos da água

A compreensão da água como elemento estruturante da vida urbana exige o reconhecimento de que sua presença na cidade não se limita à dimensão físico-material. Ao longo do tempo, diferentes formas de relação com a água foram sendo constituídas, articulando sistemas técnicos, modos de gestão, valores simbólicos e experiências sensoriais. No entanto, tais dimensões são frequentemente tratadas de maneira dissociada, seja pela especialização disciplinar, seja pelas próprias práticas institucionais que organizam seu uso e controle. É nesse contexto que se propõe a noção dos "quatro mundos da água" — físico, mental, espiritual e emocional — como uma chave de leitura capaz de evidenciar a complexidade dessas relações e, sobretudo, sua interdependência (Porta; Wolf, 2023).

O mundo físico corresponde à dimensão mais evidente da água, relacionada à sua materialidade e aos sistemas que possibilitam sua captação, armazenamento, distribuição e escoamento. Trata-se do campo das infraestruturas — aquedutos, reservatórios, redes, canais e, de forma particular, os chafarizes — que historicamente mediaram o acesso à água no espaço urbano. No caso do Rio de Janeiro, a construção de estruturas como o Aqueduto da Carioca evidencia a centralidade dessas infraestruturas na organização da cidade, articulando território, topografia e tecnologia para viabilizar o abastecimento (Corrêa, 1939). No entanto, como aponta Rutgerd Boelens⁶ (2022), os sistemas contemporâneos de infraestrutura tendem a operar por meio de processos de centralização e distanciamento entre água e usuário, deslocando seu acesso para redes técnicas e reduzindo sua presença sensível no espaço público. Esse movimento não apenas altera a forma de distribuição, mas também transforma a própria percepção da água, que deixa

⁶ Professor de "Governança da Água e Justiça Social" na Universidade de Wageningen, Holanda, Professor de "Ecologia Política da Água" no CEDLA, Universidade de Amsterdã e também Coordena a aliança Justiça Hídrica/Water Justice.

de ser um elemento compartilhado e passa a integrar circuitos especializados de gestão e controle.

No contexto urbano contemporâneo, a presença — ou a ausência — da água nesse mundo físico também pode ser mobilizada como instrumento de ordenamento social. No Rio de Janeiro, essa dinâmica torna-se evidente em intervenções realizadas durante a gestão do ex-prefeito Marcelo Crivella (2017–2019), marcadas pela drenagem de chafarizes em diferentes pontos da cidade, incluindo exemplares de caráter ornamental. Em discurso oficial, tais ações foram justificadas como resposta a restrições orçamentárias enfrentadas por órgãos como a Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente (SECONSERMA), atual Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos do Rio de Janeiro (Coelho, 2019). No entanto, leituras críticas apontam que essas intervenções também se relacionam ao uso desses espaços por populações em situação de rua, evidenciando como o controle sobre a água pode operar como mecanismo de exclusão no espaço urbano (Côrtes, 2019; Rezende, 2025).

Nesse sentido, Boelens (2022) analisa como diferentes “culturas hídricas” definem quais usos da água são legitimados e quais são marginalizados, evidenciando que práticas associadas à ordem, à estética ou à gestão institucional tendem a ser reconhecidas como adequadas, enquanto usos vinculados à sobrevivência ou à apropriação cotidiana por populações vulneráveis são frequentemente deslegitimados. Assim, o controle sobre a presença da água no espaço urbano não se limita a uma questão técnica, mas integra disputas mais amplas sobre direito à cidade e acesso aos recursos.

O mundo mental, por sua vez, refere-se às formas de organização, regulação e planejamento que orientam o uso da água. Trata-se do campo das políticas públicas, das normativas e das estratégias de gestão que definem quem tem acesso, em que condições e por meio de quais dispositivos. Nesse âmbito, a água é concebida como recurso a ser administrado, frequentemente associada a critérios de eficiência, controle sanitário e racionalização do consumo (Porta; Wolf, 2023). Contemporaneamente, essa dimensão se materializa em sistemas centralizados de abastecimento, mas também em soluções emergenciais e localizadas, como pontos provisórios de distribuição em eventos de grande escala. Essa lógica ganha visibilidade recente a partir do episódio ocorrido durante o show da cantora Taylor Swift, em 2023, no Estádio Olímpico Nilton Santos, quando a jovem Ana Clara Benevides Machado (23 anos) faleceu em decorrência de

exaustão térmica associada a uma intensa onda de calor (Agência Brasil, 2023). O caso gerou forte repercussão pública e resultou na promulgação da Lei nº 10.557/2024, sancionada pelo governador Cláudio Castro, que passou a obrigar a disponibilização gratuita de água em eventos privados.

Em janeiro de 2024, a CEDAE lançou o projeto “Bica da CEDAE”, inicialmente concebido para o Carnaval daquele ano, marcando o início de uma política pública de caráter sazonal que se repetiria nos verões subsequentes. Enquanto a CEDAE concentrou suas ações em eventos de grande porte, a Águas do Rio ampliou sua atuação em territórios periféricos, por meio da distribuição de água em eventos comunitários. Embora alguns desses pontos tenham sido instalados nas proximidades de chafarizes históricos de abastecimento — como na Praça XV de Novembro, onde se localiza o Chafariz do Mestre Valentim —, tais iniciativas não estabeleceram vínculos com esses equipamentos, frequentemente os ignorando como infraestruturas potenciais de distribuição.

A principal limitação dessa política reside em seu caráter sazonal e itinerante. Embora relevante como resposta emergencial, sua atuação se restringe a períodos de calor extremo e a eventos específicos, não se configurando como uma política contínua de garantia de acesso à água. Nesse sentido, essa prática pode ser compreendida como uma reedição contemporânea da chamada “política da bica d’água”, na qual o acesso à água não se consolida como direito estruturado, mas como ação pontual vinculada a contextos específicos e à atuação de determinados governos (Motta, 2021). Em contraste, experiências internacionais demonstram a viabilidade de integrar políticas públicas de abastecimento ao patrimônio hídrico de forma contínua, como ocorre em cidades como Paris, onde sistemas de fontes históricas permanecem ativos e incorporados ao cotidiano urbano.

O mundo espiritual abrange as dimensões simbólicas e culturais associadas à água, compreendida como elemento carregado de significados que atravessam diferentes tradições e cosmologias. Em diversas culturas, a água está vinculada a ideias de origem, purificação, renovação e conexão com o sagrado, assumindo papéis centrais em rituais, práticas religiosas e narrativas fundadoras (Porta; Wolf, 2023; Maçaneiro, 2020). No contexto carioca, essas associações se manifestam em tradições indígenas, afro-brasileiras e cristãs, nas quais a água opera como meio de passagem, proteção e transformação.

O Rio de Janeiro é retratado, dentro da cosmovisão ancestral do povo Tukano, como espaço de origem da vida, associado à Baía de Guanabara e ao Diá ahpikō-dihtaru — o “Lago de Leite” (Diakara, 2021). Enquanto que em outras tradições indígenas, como a Tupinambá, as águas do Rio não representam o início, mas a travessia final em direção ao Guajupirá, uma terra sem males, onde os antepassados alcançam a imortalidade através das águas de uma fonte da juventude eterna (Silva, 2020). Essas narrativas evidenciam como a água estrutura diferentes formas de compreensão do mundo, organizando temporalidades, territórios e experiências espirituais dentro da América pré-colombiana.

No campo cristão, a água também ocupa posição central. Na tradição bíblica, o Ruah — o sopro divino — paira sobre as águas primordiais no momento da criação, enquanto, no Evangelho de João, a figura de Cristo é associada à “água viva”, símbolo de renovação espiritual e vida eterna (Maçaneiro, 2020). À luz dessas referências, chafarizes vinculados a instituições religiosas, como o Chafariz das Saracuras, localizado no antigo Convento da Ajuda, podem ser compreendidos como espaços de confluência entre práticas cotidianas e imaginários simbólicos associados à água.

No âmbito das tradições de matriz africana, particularmente da cultura iorubá, a água está associada a entidades como Oxum e Yemanjá, relacionadas a rios, fontes e mares, e vinculadas a noções de cuidado, fertilidade e proteção (Medeiros; Mello, 2023). No contexto urbano do Rio de Janeiro, embora não haja registros diretos que associem práticas religiosas específicas aos chafarizes, documentos históricos indicam a presença e o uso recorrente desses espaços por populações negras, frequentemente alvo de vigilância e controle por parte do poder público (Almeida, 2024). Essa presença sugere a possibilidade de usos e significados que extrapolam a dimensão estritamente funcional dessas infraestruturas.

Assim, os chafarizes cariocas podem ser compreendidos como pontos de convergência de diferentes matrizes simbólicas associadas à água — indígena, cristã e afro-brasileira — evidenciando o papel desse elemento na constituição de um imaginário coletivo profundamente marcado pelo sincretismo cultural. Esse imaginário contribuiu para a consolidação de significados simbólicos associados à água na cidade, inclusive na construção de identidades locais, como no caso do gentílico “carioca”, cuja origem remete às dinâmicas históricas e culturais vinculadas às águas e aos territórios indígenas da região (Coaracy, 2008). Essa di-

menção, embora frequentemente marginalizada nas abordagens técnicas e institucionais, é fundamental para compreender a profundidade das relações estabelecidas entre sociedade e água, revelando camadas de significado que ultrapassam sua função utilitária (Porta; Wolf, 2023).

Por fim, o mundo emocional refere-se à experiência sensível da água no cotidiano, envolvendo o corpo, a percepção e os afetos (Porta; Wolf, 2023). Trata-se da relação direta entre o indivíduo e a água, mediada por sensações como sede, frescor, alívio e prazer, especialmente em contextos climáticos como o do Rio de Janeiro, onde o calor intenso torna a presença da água no espaço público particularmente relevante. Essa dimensão evidencia que o acesso à água não é apenas uma questão funcional, mas também experiencial, relacionada à forma como o corpo se insere e se desloca pela cidade. A ausência de pontos de acesso visíveis e utilizáveis intensifica essa desconexão, tornando a água um elemento distante, apesar de sua ubiquidade técnica.

A compreensão analítica desse mundo torna-se possível quando o corpo é mobilizado como instrumento de leitura do espaço urbano. Conforme argumenta

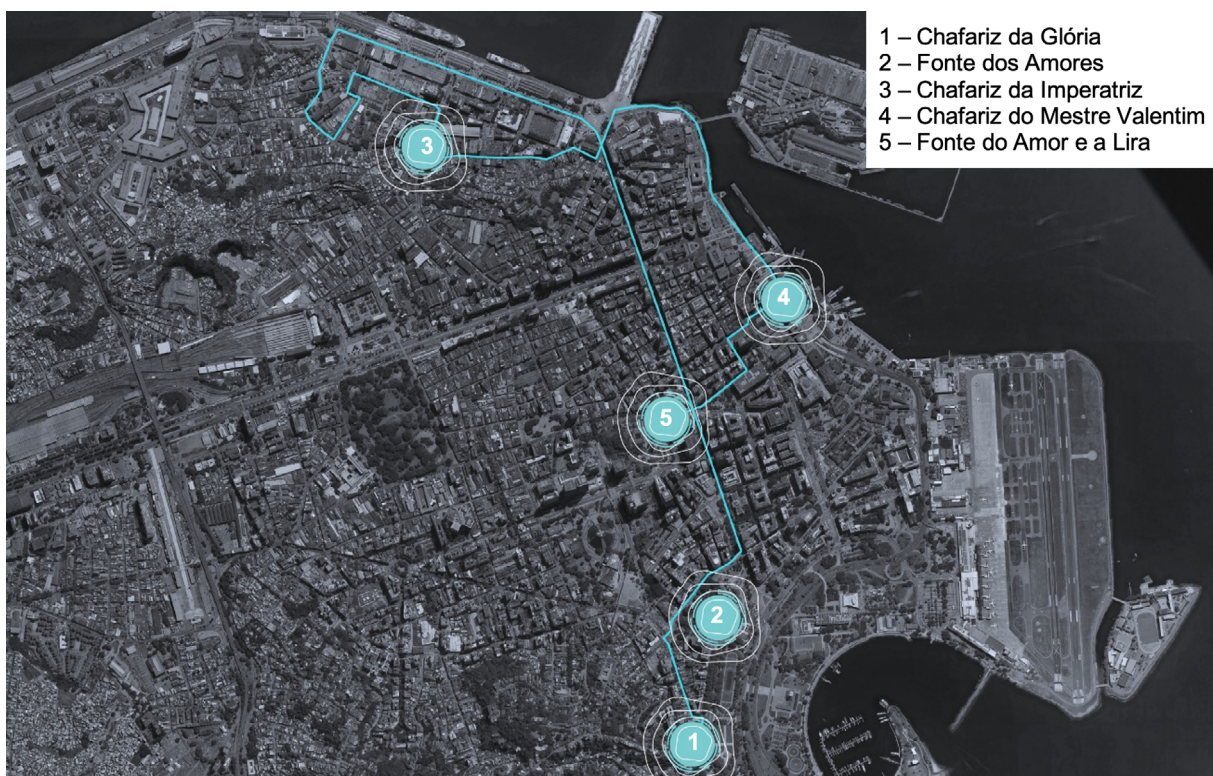


Figura 2

Percurso realizado e localização dos chafarizes históricos analisados. Fonte: Elaboração própria através da ferramenta *Google Earth*, acesso em 31 de mai. 2026.



Figura 3
Chafarizes históricos de abastecimento durante o Carnaval de 2026. Fonte: Acervo pessoal, 2026.

⁷ Ruth Cardoso (1930–2008) foi uma antropóloga brasileira, referência na antropologia urbana, com contribuições voltadas à valorização da experiência cotidiana e das práticas sociais na análise da cidade.

Ruth Cardoso⁷ (2004), a investigação em antropologia urbana pode privilegiar a experiência vivida e as práticas cotidianas, deslocando o foco de abordagens exclusivamente estruturais para a dimensão sensível da cidade. Nesse sentido, ao percorrer o centro do Rio de Janeiro durante o carnaval de 2026 (Figura 02) — período marcado por altas temperaturas, intensa ocupação do espaço público e pela implementação de políticas sazonais de distribuição de água — buscou-se investigar a possível articulação entre os chafarizes históricos de abastecimento e as práticas contemporâneas de acesso à água.

O percurso incluiu o entorno de cinco desses equipamentos: o Chafariz da Glória, a Fonte dos Amores (ou Chafariz dos Jacarés), o Chafariz da Imperatriz, o Chafariz do Mestre Valentim e a Fonte do Amor e a Lira. Embora houvesse expressiva concentração de foliões nesses locais, não foram identificados pontos de distribuição de água associados à CEDAE ou à Águas do Rio em suas imediações (Figura 03). Ao final do percurso, a única conexão efetivamente experimen-

da entre esses espaços foi a da sede não saciada, evidenciando a dissociação entre infraestrutura histórica, políticas contemporâneas e experiência cotidiana.

A ausência do fluxo de água evidencia um processo contínuo de esvaziamento funcional dos chafarizes de abastecimento cariocas e de suas conexões hidrossociais. Esses quatro mundos não devem ser compreendidos como esferas isoladas, mas como dimensões que historicamente operaram de forma articulada, especialmente em dispositivos como os chafarizes (Porta; Wolf, 2023). Neles, a infraestrutura física viabilizava o acesso à água (mundo físico), regulado por normas e práticas sociais (mundo mental), carregado de significados simbólicos (mundo espiritual) e experimentado diretamente pelo corpo no espaço urbano (mundo emocional). A convergência dessas dimensões conferia aos chafarizes uma centralidade que ultrapassava sua função técnica, constituindo-os como pontos de encontro, sociabilidade e experiência (Almeida; Muzze, 2024).

No entanto, à medida que essas dimensões passam a operar de forma dissociada, os dispositivos que antes as articulavam perdem sua capacidade de mediação. A água deixa de atuar como elemento de conexão e passa a circular por circuitos técnicos, simbólicos e políticos separados, enfraquecendo a relação entre infraestrutura, uso e significado (Hein *et al.*, 2023). A ruptura entre os mundos da água, portanto, não ocorre de forma isolada em cada dimensão, mas como um processo articulado que envolve transformações técnicas, institucionais, culturais e sensoriais. Ao deixarem de operar de forma integrada, essas dimensões produzem uma dissociação que compromete a capacidade dos dispositivos urbanos de mediar a relação entre água e cidade. Os chafarizes, enquanto estruturas que historicamente concentravam essa articulação, tornam-se particularmente vulneráveis a esse processo, perdendo não apenas sua função, mas também sua inserção no cotidiano urbano.

É a partir desse processo de dissociação que se torna possível compreender a condição atual desses elementos como um processo de “petrificação”. Ao serem esvaziados da dinâmica de abastecimento e seu significado, os chafarizes deixam de operar como infraestruturas vivas e passam a existir como formas fixas, desvinculadas das dinâmicas que lhes conferiam sentido. A seção seguinte aprofunda essa noção, analisando como essa dissociação se materializa na transformação dos chafarizes em objetos patrimoniais estáticos.

A petrificação dos chafarizes

A condição atual dos chafarizes históricos de abastecimento do Rio de Janeiro pode ser compreendida como resultado material e simbólico da ruptura entre os mundos da água. Se, anteriormente, essas estruturas operavam como dispositivos ativos de mediação entre dimensões técnicas, institucionais, simbólicas e sensoriais, sua transformação ao longo do tempo revela um processo de esvaziamento progressivo dessas dimensões. É nesse contexto que se propõe a noção de “petrificação” como chave interpretativa: um processo pelo qual elementos originalmente vinculados ao abastecimento hídrico tornam-se formas fixas, desprovidas de função, relação e vitalidade.

A petrificação não se refere apenas à interrupção do funcionamento hidráulico dos chafarizes, mas à sua reconfiguração enquanto objetos autônomos, dissociados dos sistemas que lhes conferiam sentido. Ao serem drenados, desativados ou isolados por barreiras físicas, esses dispositivos deixam de operar como pontos de acesso à água e passam a existir como testemunhos materiais de um passado urbano. Nesse processo, a água — elemento central de sua existência — é retirada de cena, restando apenas a estrutura arquitetônica que a continha. Preserva-se, assim, a forma, enquanto a função é eliminada.

Essa transformação está diretamente associada às heranças contemporâneas de antigas práticas de preservação patrimonial, que tendem a privilegiar a integridade material dos bens em detrimento de sua funcionalidade. No caso dos chafarizes, essa lógica se traduz na manutenção de sua aparência externa — frequentemente restaurada — ao mesmo tempo em que se impede ou inviabiliza sua utilização. Grades, sinalizações e dispositivos de proteção reforçam sua inacessibilidade, consolidando sua condição de objeto intocável e desvinculado do cotidiano.

Ao dissociar a forma arquitetônica das dinâmicas sociais que a sustentavam, os processos de preservação contribuem para a perda de sentido desses elementos no espaço urbano. Nesse contexto, a distinção entre o que é “patrimônio” e o que é “cultural” revela-se insuficiente, uma vez que, no caso das infraestruturas hídricas, forma, uso e significado constituem dimensões indissociáveis.

É nesse ponto que a contribuição de Brian Davidson⁸ e Petra Hellegers⁹ (2022) se torna particularmente relevante. Os autores argumentam que o patrimônio

⁸ Pesquisador na School of Agriculture and Food da University of Melbourne, com foco em economia agrícola e patrimônio cultural relacionado à água.

⁹ Professora e chefe do grupo de Water Resources Management na Wageningen University & Research, especialista em economia de recursos hídricos, alocação de água e gestão de irrigação em contextos internacionais.

cultural da água se insere em um campo marcado por falhas de mercado, no qual bens materiais e imateriais não podem ser facilmente separados ou plenamente capturados por lógicas de valoração econômica. Infraestruturas históricas, como os chafarizes, coexistem com práticas, significados e experiências que escapam à mensuração convencional, tornando sua gestão especialmente complexa. Nesse sentido, a ausência de políticas voltadas à reativação desses dispositivos não pode ser compreendida apenas como negligência técnica, mas como reflexo de um sistema que tem dificuldade em reconhecer e incorporar valores culturais não quantificáveis aos sistemas hídricos contemporâneos. Essa condição também revela que tal ausência decorre menos de limitações técnicas do que de decisões políticas sobre como — e para quem — a água deve existir na cidade.

Essa dificuldade é agravada pelo fato de que tanto o setor hídrico quanto o campo do patrimônio operam sob lógicas marcadas por limitações estruturais — como externalidades, monopólios e assimetrias de informação — que dificultam a integração entre infraestrutura e valor social (Davidson; Hellegers, 2022). Ainda assim, conforme indicam os autores, os valores culturais constituem parte legítima dos sistemas hídricos, na medida em que respondem a objetivos sociais mais amplos. A exclusão desses valores, portanto, não é neutra, mas resulta em uma compreensão parcial e reduzida do papel da água na cidade.

Além disso, a petrificação se articula a transformações mais amplas na relação entre cidade e infraestrutura. A centralização e o ocultamento dos sistemas de abastecimento deslocam a água do espaço público para redes invisíveis, reduzindo a necessidade — e, conseqüentemente, a legitimidade — de dispositivos como os chafarizes. No entanto, essa substituição não elimina a demanda por acesso público à água, mas a reconfigura de maneira fragmentada e, muitas vezes, precária, evidenciando os limites de uma abordagem exclusivamente técnica.

Nesse sentido, a petrificação pode ser entendida como a materialização de uma contradição: preserva-se a estrutura que mediava o acesso à água, mas elimina-se justamente aquilo que lhe conferia sentido. O chafariz, enquanto forma, permanece; enquanto infraestrutura, desaparece. Essa dissociação produz um objeto que é simultaneamente presente e ausente: visível em sua materialidade, mas esvaziado de função e de capacidade de mediação. Ao transformar infraestruturas em monumentos, a petrificação não apenas

redefine o estatuto desses elementos, mas também limita as possibilidades de sua reintegração ao cotidiano urbano. A fixação na forma e na preservação estática tende a bloquear iniciativas de reativação, seja por restrições normativas, seja por uma compreensão restritiva da autenticidade patrimonial. O passado, assim, é mantido como imagem, mas não como prática.

Compreender a petrificação dos chafarizes como resultado da ruptura entre os mundos da água permite, portanto, deslocar o debate da esfera exclusivamente técnica ou estética para uma análise relacional, que considera as múltiplas dimensões envolvidas nesse processo. Mais do que um estado final, a petrificação revela um conjunto de decisões, omissões e transformações que, ao longo do tempo, produziram a desconexão entre água e cidade. A seção seguinte busca evidenciar empiricamente essa condição, a partir da observação de situações urbanas nas quais a ausência de acesso à água se torna particularmente evidente, como durante o período do Carnaval no centro do Rio de Janeiro.

Implicações críticas: entre preservação e reintegração

A leitura da petrificação dos chafarizes de abastecimento como efeito da ruptura entre os mundos da água permite deslocar o debate para além da obsolescência ou da crítica isolada às práticas de preservação. Trata-se de evidenciar uma tensão estrutural entre diferentes formas de compreender e operar o patrimônio, a infraestrutura e a própria cidade. Ao privilegiar a conservação da forma em detrimento da continuidade do uso, as abordagens predominantes no campo patrimonial tendem a reforçar a dissociação entre materialidade e função, produzindo objetos que, embora preservados, permanecem desconectados das dinâmicas urbanas contemporâneas, refletindo tensões já identificadas na historiografia do patrimônio brasileiro entre a valorização da materialidade e a ampliação da noção de bem cultural (Teixeira, 2020).

Essa condição revela um limite importante quando tais práticas são aplicadas a infraestruturas historicamente vinculadas ao funcionamento da cidade. Diferentemente de chafarizes ornamentais concebidos prioritariamente para contemplação, os chafarizes de abastecimento foram projetados como dispositivos operacionais, cuja existência estava intrinsecamente ligada ao fluxo — da água, das pessoas e das práticas. Ao serem tratados exclusivamente como objetos históricos, perde-se a possibilidade de compreender sua



natureza infraestrutural e, conseqüentemente, sua capacidade de adaptação. No caso dessas estruturas, a suspensão do uso pode significar a própria negação de sua razão de ser.

A questão central reside na ausência de estratégias capazes de reinserir essas estruturas nas dinâmicas urbanas contemporâneas. A manutenção da integridade material dos chafarizes de abastecimento, embora fundamental, mostra-se insuficiente quando desvinculada de estratégias que considerem sua reinserção no cotidiano urbano. A ausência de políticas voltadas à sua reativação como pontos de acesso à água evidencia uma lacuna entre o reconhecimento de seu valor histórico e sua potencial contribuição para a cidade contemporânea — lacuna que se torna particularmente visível em situações de alta demanda, como durante o Carnaval do Rio de Janeiro.

Por outro lado, a reintegração dos chafarizes não pode ser compreendida como simples retorno às condições originais de funcionamento. As transformações nas formas de gestão, nas exigências sanitárias e nos padrões de uso urbano exigem soluções que articulem passado e presente de maneira crítica. Nesse contexto, a reativação deve ser entendida como reconfiguração, capaz de incorporar novas tecnologias, normas e práticas sem perder de vista as dimensões simbólicas e experienciadas da água.

A noção dos quatro mundos da água oferece, nesse sentido, uma base conceitual para orientar essa reconfiguração. Ao reconhecer que a água opera simultaneamente nos planos físico, mental, espiritual e emocional, torna-se possível pensar ações que não se limitem à reinstalação da circulação da água, mas que busquem recompor as relações entre essas dimensões. Isso implica considerar não apenas a viabilidade técnica da reativação, mas também os modelos de gestão, os significados culturais mobilizados e as experiências produzidas no espaço urbano. Mesmo quando inseridos em modelos de gestão compartilhada, como parcerias público-privadas, atualmente mobilizadas para a restauração do Chafariz da Glória, esses princípios devem orientar as decisões projetuais e operacionais, de modo a evitar sua redução a elementos cenográficos e assegurar seu reconhecimento como infraestruturas urbanas em plena condição de uso.

Essa abordagem também tensiona a lógica de excepcionalidade que marca o acesso público à água nas cidades contemporâneas. Como evidenciado, sua oferta tende a ocorrer de forma pontual e contingente, asso-

ciada a eventos ou ações emergenciais. A reintegração dos chafarizes pode, nesse contexto, contribuir para a construção de uma infraestrutura permanente de acesso, que reconheça a água como direito, e não como exceção — perspectiva alinhada a debates sobre justiça hídrica e direito à cidade.

Por fim, a superação da petrificação não depende exclusivamente de intervenções físicas, mas de uma mudança na forma como se compreende a relação entre patrimônio, infraestrutura e cidade. Reconectar os mundos da água implica repensar práticas institucionais, ampliar o escopo das políticas públicas e reconhecer a centralidade das dimensões simbólicas e sensoriais na produção do espaço urbano. Os chafarizes de abastecimento deixam, assim, de ser apenas objetos do passado para se afirmarem como dispositivos capazes de mediar novas formas de relação entre água e cidade.

Conclusão

A análise dos chafarizes históricos de abastecimento do centro do Rio de Janeiro, a partir da noção dos quatro mundos da água, permitiu compreender sua condição atual não como simples obsolescência, mas como resultado de uma ruptura nas formas de relação entre água e cidade. A petrificação desses dispositivos expressa a perda de articulação entre diferentes formas de relação com a água, comprometendo sua capacidade de mediação entre indivíduo e bem cultural, convertendo estruturas antes ativas em formas estáticas e desvinculadas do cotidiano urbano. Mais do que um diagnóstico, essa leitura desloca o debate patrimonial ao evidenciar os limites de abordagens centradas exclusivamente na preservação da materialidade. No caso de infraestruturas como os chafarizes de abastecimento, preservar implica também reativar relações — entre água, corpo e cidade — historicamente interrompidas.

Nesse sentido, a superação da petrificação não reside no retorno a um passado idealizado, mas na reconfiguração desses dispositivos como infraestruturas contemporâneas, capazes de articular, novamente, as múltiplas dimensões da água. Ao recolocar o abastecimento no centro da discussão, os chafarizes deixam de ser vestígios inertes e passam a operar como pontos de partida para repensar o papel da água na construção de espaços urbanos mais integrados e acessíveis.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. Laudo comprova que fã de Taylor Swift morreu por causa do calor. Brasília, 26 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/laudo-comprova-que-fa-de-taylor-swift-morreu-por-cao-do-calor>. Acesso em: 29 mar. 2026.
- ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Pedra, cal e bronze: o guarda de chafariz no Rio de Janeiro escravista XIX (1830-1850). In *Ágora: Revista de divulgação científica*, Vitória, v. 35, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/download/45123/32045/165519>. Acesso em: 19 abr. 2026.
- ALMEIDA, Anita C. L.; MUAZE, Mariana A. F. Do chafariz ao copo: os fluxos da água no Rio de Janeiro oitocentista. In *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC): Revista de la Solcha*, Salvador, v. 14, n. 3, p. 581-617, 2024. DOI: <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2024v14i3.p581-617>.
- BOELEN, Rutgerd. "Riverhood" and the politics of (mis)recognizing local water cultures and water rights systems. *Blue Papers*, v. 1, n. 2, p. 24-31, 2022. DOI: <https://doi.org/10.58981/bluepapers.2022.2.02>.
- CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. *A ARTE CIVIL DE MESTRE VALENTIM: UM PROGRAMA DE SOMBRA E ÁGUA FRESCA*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- CEDAE. Cedae instala ponto de hidratação gratuito na Praça XV até o fim do Carnaval. Rio de Janeiro, 3 fev. 2026. Disponível em: <https://www.cedae.com.br/Noticias/detalhe/cedae-instala-ponto-de-hidratacao-gratuito-na-praca-xv-ate-o-fim-do-carnaval/id/769>. Acesso em: 29 mar. 2026.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro: quatro séculos de história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008. ISBN 978-85.
- COELHO, André. Crivella extingue verba para conservação de monumentos históricos no Rio | G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/27/crivella-extingue-verba-para-conservacao-de-monumentos-historicos-no-rio.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2026.
- CORREA, Armando Magalhães. TERRA CARIOCA - FONTES E CHAFARIZES. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 170. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1939.
- CÔRTEZ, C. Chafarizes secos, oásis às avessas. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/2019/01/971332-chafarizes-secos--oasis-as-avessas.html>. Acesso em: 25 mar. 2026.
- DAVIDSON, B.; HELLEGERS, P. Challenges when valuing cultural heritage associated with water. *Blue Papers*, v. 1, n. 1, p. 43-49, set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.58981/bluepapers.2022.1.04>.
- DIAKARA, Jaime. Rio de Janeiro, o Lago de Leite. Rio de Janeiro: Selvagem Ciclo, 2021. (Cadernos Selvagens, 14). Disponível em: https://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2021/01/CADERNO14_JAIMEDIAKARA.pdf. Acesso em: 4 abr. 2026.

HEIN, Carola. ADAPTIVE STRATEGIES FOR WATER HERITAGE: PAST, PRESENT AND FUTURE. Delft (Holanda): TU Delft, 2020. p. 5-57. Disponível em: <https://sdgs.un.org/partnerships/water-and-heritage-connecting-past-present-and-future>. Acesso em: 15 mar. 2026.

HEIN, C. et al. Living with water: bringing back human-water relationships. *Blue Papers*, v. 2, n. 2, p. 6-11, 2023. DOI: <https://doi.org/10.58981/bluepapers.2023.2.ed>.

ICOMOS INTERNATIONAL SCIENTIFIC COMMITTEE ON WATER AND HERITAGE Disponível em: <https://water.icomos.org/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

MAÇANEIRO, Marcial. *A água nas religiões*. São Paulo: CNBB, 2020. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/03/files_48a332f9e7d43.pdf. Acesso em: 4 abr. 2026.

MEDEIROS, V. C.; MELLO, L. T. Iemanjá – a senhora das cabeças: mito, simbologia, alquimia e clínica junguiana. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, [Rio de Janeiro], v. 08, n. 02, p. 48-67, fev. 2023. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230212153.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2026.

MOTTA, Marly Silva da. Política da bica d'água. *Construir Resistência*, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://construirresistencia.com.br/politica-da-bica-dagua/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

PORTA, E. Lynn; WOLF, Aaron T. Water, culture and international institutions. *Blue Papers*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 16-25, 2023. DOI: <https://doi.org/10.58981/bluepapers.2023.2.01>.

REZENDE, Adriana. Rio descumpra lei federal que proíbe grades e pedras pontiagudas em espaços públicos para afastar sem-teto. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/01/07/rio-descumpra-lei-federal-que-proibe-grades-e-pedras-pontiagudas-em-espacos-publicos-para-afastar-sem-teto.ghtml> >. Acesso em: 27 mar. 2026.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 10.557, de 31 out. 2024. Proteção à saúde em shows e festivais. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-10557-2024>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SANTOS, Noronha. AQUEDUTO DA CARIOCA. In *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 07-53, 1940.

SILVA, Rafael Freitas da. O RIO ANTES DO RIO. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Relicário, 2020.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Historiografia do patrimônio na década de 1980? Algumas considerações. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. v. 28. São Paulo: USP, 2020, p. 1-21. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d2e52> Acesso em 31 mai. 2026.

THE STATEMENT OF AMSTERDAM. Disponível em: https://www.icomos.nl/sites/default/files/2020-09/The_Statement_of_Amsterdam.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

UNITED NATIONS. Water Action Decade 2018-2028. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/water-action-decade/>. Acesso em: 15 mar. 2026.